

**CONTRATO DE
ESTRUTURAÇÃO DE
PROJETOS Nº xxxx QUE
ENTRE SI FAZEM O xxxxxx E
O FDIRS, NA FORMA ABAIXO:**

ENTE DEMANDANTE, pessoa jurídica de direito público, doravante denominado CLIENTE, por meio da SECRETARIA xxxxxx, neste ato representado por seu titular, xxxxxx, residente e domiciliado em xxxxxx, doante denominada simplesmente “CLIENTE”; e

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUSTENTÁVEL – FDIRS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.441.766/0001-81, doravante denominado simplesmente FDIRS, representado por sua administradora BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Rua Alves Guimarães nº 1.212, CEP 05410-002, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.486.793/0001-42, a qual, neste ato, é representada, em todos os seus direitos e obrigações, por sua procuradora VINCI INFRAESTRUTURA GESTORA DE RECURSOS LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.859.417/0001-11, com sede na Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22431-002.

Considerando que:

- I. o art. 32 da Lei nº 12.712/21 prevê que o FDIRS possui, dentre outras, a finalidade de realizar a prestação de serviços técnicos profissionais especializados para entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, direta e indireta, com vistas a apoiar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e de parcerias público- privadas;
- II. a ADMINISTRADORA DO FDIRS foi designada como instituição administradora do FDIRS na 9ª Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas realizada em 29/12/2023, cuja ata

foi registrada no 2º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília/DF em 03/01/2024, sendo responsável, portanto, pelo conjunto de serviços relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento e à manutenção do fundo;

- III. foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas realizada em 05/07/2024 a Política de Investimento do FDIRS, que regulamenta, dentre outros temas, a política de remuneração do Fundo e a participação do FDIRS no custeio dos projetos por ele estruturados;
- IV. a ADMINISTRADORA DO FDIRS promoveu a contratação da Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda., qualificada acima (“GESTORA DO FDIRS”), para promover a gestão do FDIRS e a Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.527.788/0001-31, para a atribuição de Consultora do FDIRS;
- V. o CLIENTE pretende realizar, com o assessoramento da ADMINISTRADORA DO FDIRS, a estruturação de projeto de concessão dos serviços de serviço público [a definir] e esgotamento sanitário em até 176 (cento e setenta e seis) municípios do ENTE CONTRATANTE, que não são atendidos pela Companhia Riograndense de setor [a definir] (Concessionária [a definir]).;
- VI. o CLIENTE autorizou a contratação da ADMINISTRADORA DO FDIRS, em todos os seus direitos e obrigações, por meio da GESTORA DO FDIRS, para desenvolver, com recursos do FDIRS, os estudos técnicos que constituem objeto do presente Contrato, mediante contratação direta por dispensa de licitação, na forma do art. 33-B da Lei nº 12.712/21, conforme processo administrativo n. 25/0400-0000390-0; e
- VII. conforme autorizado pelos arts. 8º, §2º e 19, §1º do Estatuto do FDIRS, as atribuições da ADMINISTRADORA DO FDIRS previstas neste Contrato serão realizadas por meio da GESTORA DO FDIRS, a qual é procuradora para tanto da ADMINISTRADORA DO FDIRS.

têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados para a estruturação de projeto de xxxxxx do ENTE CONTRATANTE, conforme disposto no Anexo I (Termo de Referência) e Anexo II (Especificações dos Serviços Técnicos – Atuação Consultores Técnicos).

PARÁGRAFO ÚNICO

O PROJETO poderá ser estruturado em formato de concessão ou Parceria Público-Privada - PPP, conforme a modelagem definida ao longo da execução dos serviços técnicos especializados pela ADMINISTRADORA DO FDIRS.

SEGUNDA OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Constituem obrigações das Partes:

- I. da ADMINISTRADORA DO FDIRS:
 - a. executar e coordenar a produção dos estudos técnicos especializados para a execução do objeto previsto na Cláusula Primeira (Objeto);
 - b. realizar a contratação de terceiros para executar os serviços técnicos necessários à execução do objeto previsto na Cláusula Primeira (Objeto);
 - c. designar preposto para representar a ADMINISTRADORA DO FDIRS na execução deste Contrato;
 - d. manter a equipe técnica do CLIENTE envolvida e informada sobre a execução dos serviços técnicos;
 - e. encaminhar ao CLIENTE os produtos resultantes da execução dos serviços técnicos;
 - f. comunicar ao CLIENTE quaisquer anormalidades ou

eventos que venham a inviabilizar a continuidade da execução dos serviços, objeto deste Contrato, para a adoção de medidas corretivas; e

- g. comunicar ao CLIENTE qualquer necessidade de readequação do cronograma de execução do PROJETO que se faça necessária à concretização dos objetivos ora pactuados, na forma do Parágrafo Primeiro desta Cláusula;
- h. prestar apoio técnico ao CLIENTE na interlocução e apresentação das informações técnicas eventualmente exigidas pelos órgãos públicos competentes para a instrumentalização de processos, bem como para a tomada de decisões referentes ao PROJETO;
- i. prestar suporte ao CLIENTE durante a realização de eventos de interação com os agentes de mercado, sociedade civil e órgãos de controle, incluindo a realização e preparação de respostas aos questionamentos e contribuições apresentados nos processos de consulta e audiências públicas; e
- j. prestar suporte ao CLIENTE no processo de licitação até a delegação dos serviços a que se refere o PROJETO à iniciativa privada; e
- k. adotar as providências necessárias para a prestação dos serviços técnicos de assessoria operacional ofertados pela B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO, no tocante à fase externa do processo licitatório do PROJETO, caso o CLIENTE manifeste o interesse em contar com tais serviços.

II. do CLIENTE:

- a. fornecer à ADMINISTRADORA DO FDIRS, de maneira organizada e nos prazos estipulados, materiais, dados, informações, esclarecimentos, acessos e autorizações relacionados ao PROJETO descrito na Cláusula Primeira (Objeto) e necessários ao alcance dos objetivos deste Contrato;

- b. realizar todas as diligências necessárias para a disponibilização das informações e documentos solicitados pela ADMINISTRADORA DO FDIRS que não estejam sob a sua guarda ou acesso direto;
- c. acompanhar a execução do presente Contrato e se manifestar sobre o conteúdo dos produtos elaborados pela ADMINISTRADORA DO FDIRS, observado o disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula;
- d. designar equipe técnica para acompanhar e colaborar com as atividades necessárias ao cumprimento do objeto deste Contrato;
- e. designar agente público que atue como ponto focal e encarregado de:
 - i. agendar e realizar reuniões periódicas de acompanhamento das atividades previstas neste Contrato e tomada de decisão sobre questões pendentes; e
 - ii. promover a interlocução e representar a equipe técnica perante a ADMINISTRADORA DO FDIRS;
- f. notificar a ADMINISTRADORA DO FDIRS, justificadamente e por escrito, das ocorrências de eventuais inconformidades encontradas no decorrer da execução dos serviços, solicitando adequações e alterações;
- g. aprovar os produtos a serem entregues pela ADMINISTRADORA DO FDIRS por meio de manifestação formal da autoridade competente, integrante da estrutura administrativa do CLIENTE, em especial o Parecer Final emitido pela ADMINISTRADORA DO FDIRS, Minutas de Edital, Contrato e Documentação de Suporte, após a implementação pela ADMINISTRADORA DO FDIRS de eventuais correções, complementações e ajustes que se façam necessários, cabendo ao CLIENTE

observar os prazos pactuados no Termo de Referência constante no Anexo I;

- h. realizar a interlocução, ao longo da modelagem do PROJETO, perante órgãos públicos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, cuja participação seja necessária para a realização do PROJETO;
- i. obter as aprovações necessárias perante as instâncias competentes em âmbito municipal, distrital, estadual e federal e perante os órgãos de controle e de fiscalização, ao longo da modelagem do PROJETO, para a implementação do PROJETO;
- j. realizar e conduzir os processos de consulta pública, audiência pública e as licitações da concessão ou PPP integrante do PROJETO, na hipótese prevista no Parágrafo Único da Cláusula Primeira; e
- k. estipular, no edital de licitação do PROJETO, que a comprovação do pagamento ao FDIRS, pelo licitante vencedor do processolicitatório, dos valores previstos nas Cláusulas Terceira (Remuneração) e Quarta (Ressarcimento de gastos com terceiros), incluindo eventuais gastos com terceiros a serem incorridos pela ADMINISTRADORA DO FDIRS após a publicação do edital, constitui condição para a celebração do contrato de concessão com o licitante vencedor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As Partes reconhecem que o objeto deste Contrato é um ato complexo, importando na necessidade de colaboração do CLIENTE e de diversas entidades distintas, e que, por essa razão, a ADMINISTRADORA DO FDIRS, de forma justificada, em casos de eventos que não sejam de sua exclusiva responsabilidade, poderá propor adequações no cronograma de execução do PROJETO que se façam necessárias à execução do objeto deste Contrato, inclusive no que concerne à entrega de produtos, mediante anuência expressa do CLIENTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O CLIENTE deverá se manifestar sobre o conteúdo dos produtos no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do seu recebimento, exceto quando as Partes acordarem prazo diverso, podendo o CLIENTE solicitar, se for o caso, esclarecimentos e adequações que entenda necessários.

PARÁGRAFO TERCEIRO

As Partes envidarão melhores esforços para a racionalização no agendamento de reuniões, priorizando o uso de ferramentas de comunicação remota, como videoconferência.

PARÁGRAFO QUARTO

As Partes poderão acordar ajustes nos Anexos I e II, a serem formalizados por Termo Aditivo.

PARÁGRAFO QUINTO

As Partes assumem o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, devendo, para tanto, adotar medidas corretas de anonimização de dados pessoais, confidencialidade e segurança conforme o disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, no Decreto Estadual nº 55.647, de 14 de dezembro de 2020, no Decreto Estadual nº 55.987, de 7 de julho de 2021, e no Decreto Estadual nº 56.528, de 25 de maio de 2022, observado ainda que:

- I. o acesso a dados pessoais e o seu tratamento, caso venham a ocorrer, serão limitados estritamente às atividades necessárias para o atingimento das finalidades previstas no presente Contrato e ao cumprimento das obrigações legais ou regulatórias das Partes, devendo as Partes se valer, prioritariamente, do uso de dados anonimizados; e
- II. os dados eventualmente coletados ou acessados somente poderão ser utilizados pelas Partes, seus representantes, empregados e pelos prestadores de serviços alocados na execução contratual.

PARÁGRAFO SEXTO

Nos termos do §1º do art. 19 do Estatuto do FDIRS e do parágrafo único do art. 43 da Política de Seleção de Projetos Apoiáveis e de Instituições Estruturadoras, a ADMINISTRADORA DO FDIRS procederá à contratação de Consultores Técnicos para a execução dos serviços discriminados no Anexo II – Especificações dos Serviços Técnicos – Atuação Consultores Técnicos. .

TERCEIRA REMUNERAÇÃO E RESSARCIMENTO DE GASTOS COM TERCEIROS

O CLIENTE deverá estipular, no edital de licitação do PROJETO, como condição para assinatura do contrato de concessão, que o Concessionário pagará ao FDIRS, observado o disposto no Anexo I e na Cláusula Quarta (Pagamento), a remuneração pela prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira (Objeto), o que inclui a remuneração do FDIRS e o ressarcimento de gastos com terceiros na forma desta Cláusula.

- I. Em caso de sucesso do PROJETO, será devido:
 - a) o ressarcimento do valor despendido diretamente pelo FDIRS com as Instituições Estruturadoras contratadas para o respectivo projeto, atualizado pela Taxa Média Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), desde a data de desembolso do recurso pelo FDIRS até a data de sua devolução ao Fundo, seja por meio do pagamento pela Adjudicatária, seja pelo efetivo ressarcimento promovido pelo Ente Demandante; e
 - b) remuneração variável em virtude do sucesso na contratação do PROJETO, de acordo com a fórmula e a Tabela 1 a seguir:

$$\text{Parcela Variável} = \text{BC1} \times 1,25\% + \text{BC2} \times 1,00\% + \text{BC3} \times 0,75\% + \text{BC4} \times 0,50\% + \text{BC5} \times 0,25\% + \text{BC6} \times 0,125\%$$

Parcela da Base de Cálculo menor ou igual a R\$ 250 milhões (BC1)	1,25%
Parcela da Base de Cálculo maior do que R\$ 250 milhões e até 500 milhões (BC2)	1,0%
Parcela da Base de Cálculo maior do que 500 milhões e até R\$ 1 bilhão (BC3)	0,75%
Parcela da Base de Cálculo maior que R\$ 1 bilhão e menor ou igual a R\$ 5 bilhões (BC4)	0,50%
Parcela da Base de Cálculo maior que R\$5 bilhões e menor ou igual a R\$ 20 bilhões (BC5)	0,25%
Parcela da Base de Cálculo maior que R\$ 20 bilhões (BC6)	0,125%

Onde:

- Base de Cálculo: Corresponde ao maior montante entre:
 - i. valor apurado a título de pagamento de outorga (no caso de outorga parcelada, o somatório nominal dos primeiros 5 anos), conforme proposto pelo vencedor da licitação realizada; e
 - ii. valor estimado do somatório nominal do investimento (CAPEX) projetado para os primeiros 5 anos, conforme apontado na conclusão dos estudos técnicos realizados pela ADMINISTRADORA DO FDIRS e aprovados pelo CLIENTE.
- Alíquotas: alíquotas regressivas que irão incidir (multiplicar) sobre cada faixa do valor da base de cálculo, conforme descrição contida na “Tabela 1”.

II - em caso de insucesso no Projeto, será devido pelo CLIENTE o ressarcimento dos recursos efetivamente despendidos pelo FDIRS com as Instituições Estruturadoras contratadas

para o respectivo projeto até a extinção deste contrato, atualizado pela Taxa Média Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), desde a data de desembolso do recurso pelo FDIRS até a data de sua devolução ao Fundo, nos termos definidos na Cláusula Quarta, sem prejuízo do pagamento adicional nas hipóteses do inciso III abaixo; e

III - Assegurada a observância do contraditório e ampla defesa ao CLIENTE, será devido o pagamento adicional no valor de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor de ressarcimento descrito no inciso II, caso o insucesso do projeto ocorra nas seguintes hipóteses:

- a) desistência imotivada, ou cuja motivação seja considerada inidônea, por parte do CLIENTE;
- b) não cumprimento das cláusulas contratuais, de especificações ou de prazos pelo CLIENTE; ou
- c) não atendimento pelo CLIENTE, por 3 vezes consecutivas ou alternadas, às diligências previstas do como obrigações do CLIENTE na cláusula segunda inciso II, que sejam solicitadas pela instituição estruturadora ou pela ADMINISTRADORA DO FDIRS;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para fins do disposto no caput desta Cláusula:

- I- o sucesso do PROJETO corresponde à assinatura pelo CLIENTE do contrato de concessão objeto do PROJETO;
- II- Além das hipóteses previstas no inciso III do caput, o insucesso do PROJETO se verifica na hipótese de:
 - a) desistência do CLIENTE em continuar com a estruturação ou implementação do PROJETO, manifestada por escrito à ADMINISTRADORA DO FDIRS a qualquer tempo após a assinatura deste Contrato;
 - b) não cumprimento ou omissão do CLIENTE quanto a tomada de decisão, realização de ato ou fornecimento de informações e documentos, necessários à execução

do objeto deste Contrato, incluindo os relacionados ao início dos processos de consulta pública e licitação do Projeto, por prazo superior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da solicitação formalizada pela ADMINISTRADORA DO FDIRS junto ao CLIENTE;

- c) não atendimento pelo CLIENTE, por 3 vezes consecutivas ou alternadas, às diligências previstas do como obrigações do CLIENTE na cláusula segunda inciso II, que sejam solicitadas pela instituição estruturadora ou pela ADMINISTRADORA DO FDIRS;
- d) inviabilidade técnica, devidamente fundamentada pela ADMINISTRADORA DO FDIRS com base no seu entendimento sobre aspectos de operação, jurídico-regulatórios ou econômico-financeiros, de estruturar e licitar o PROJETO conforme o modelo de negócios, premissas e definições de escopo estabelecidas pelo CLIENTE.
- e) realização, quando aplicável, de processo licitatório deserto ou fracassado e que não seja reiniciado no prazo de 180 (cento e oitenta dias) dias corridos, observado o prazo descrito na alínea “h” deste Parágrafo;
- f) recomendação ou determinação expressa de autoridade competente que acarrete suspensão por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias corridos ou interrupção definitiva que impeça a realização ou continuidade do PROJETO;
- g) ocorrência de caso fortuito ou força maior que sejam impeditivos para a realização ou continuidade do PROJETO;
- h) transcurso do prazo de vigência previsto na Cláusula Sétima (Vigência), sem que haja sucesso no PROJETO;
e
- i) quando não ocorrer, por qualquer outro motivo, o pagamento pelo licitante vencedor do certame licitatório.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Para fins de aplicação dos incisos II e III do caput, o CLIENTE será notificado pela ADMINISTRADORA DO FDIRS no endereço

eletrônico informado na Cláusula Décima Quarta, a fim de que, no prazo de 15 dias úteis, apresente justificativa cabendo a ADMINISTRADORA DO FDIRS decidir a questão em igual prazo.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso, a critério da ADMINISTRADORA DO FDIRS, seja necessária nova manifestação do CLIENTE após àquela prevista no Parágrafo Primeiro, será providenciada nova notificação do CLIENTE para, no prazo de 15 dias úteis, apresentá-la.

PARÁGRAFO QUARTO

No caso de divisão do PROJETO em mais de um lote de concessão ou PPP que venham a ser licitadas sucessivamente, as Partes deverão contabilizar separadamente por lote, na aplicação das alíquotas regressivas dispostas na Tabela 1 constante do inciso I, alínea “b”, desta Cláusula, às PPPs subsequentes, o valor relativo a cada um dos lotes, referentes ao mesmo PROJETO.

PARÁGRAFO QUINTO

A remuneração prevista na alínea “a” do inciso I do “caput” será no valor de até R\$ xxxxx, atualizado pela Taxa Média Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), desde a data dedesembolso do recurso pelo FDIRS até a data de sua devolução ao Fundo.

PARÁGRAFO SEXTO

Os gastos incorridos com as Instituições Estruturadoras contratadas para o respectivo projeto e outras despesas incorridas com terceiros serão comprovados pela ADMINISTRADORA DO FDIRS, mediante a seguinte documentação:

- I - contratos celebrados;
- II - notas fiscais ou faturas emitidas; e
- III - comprovantes de pagamento dos gastos, inclusive com

tributos.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Eventuais gastos com terceiros a serem incorridos pelo FDIRS, após a data de publicação do edital de licitação do PROJETO, serão comunicados pela ADMINISTRADORA DO FDIRS ao CLIENTE, por escrito, para fins de pagamento, devendo tais gastos serem cobrados do vencedor do certame concessório.

PARÁGRAFO OITAVO

O CLIENTE poderá manifestar, por meio de ofício, o interesse em contar com os serviços técnicos de assessoria operacional ofertados pela B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO, no tocante à fase externa do processo licitatório do PROJETO, caso em que ficará obrigado a arcar com os custos observando a proporção estabelecida no Parágrafo Sexto e as demais obrigações de pagamento previstas na Cláusula Quarta, além de ressarcir os gastos correspondentes ao FDIRS ou de outro contrato de prestação de serviços que venha a ser celebrado entre a ADMINISTRADORA DO FDIRS e a B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO, que deverá ser acrescido ao limite global de gastos incorridos com a contratação de terceiros indicado no caput desta Cláusula, observando-se, para tal ressarcimento, o disposto nos parágrafos anteriores da presente Cláusula.

PARÁGRAFO NONO

O CLIENTE poderá autorizar a ADMINISTRADORA DO FDIRS a realizar gastos relacionados à execução do objeto contratual que não estejam descritos no Anexo II, caso em que deverá:

- I- ser celebrado, mediante acordo entre as Partes, aditivo contratual para que os custos correspondentes sejam incluídos no limite de valor estabelecido no Parágrafo Quinto desta Cláusula, caso o valor da contratação de que trata este Parágrafo, somado aos demais gastos com serviços de terceiros previstos no Anexo II, exceda o limite de valor estabelecido no Parágrafo Quinto desta Cláusula; ou
- II- ser encaminhada manifestação do CLIENTE para que os custos correspondentes sejam incluídos no limite de valor estabelecido no Parágrafo Quinto desta Cláusula, caso o valor

da contratação de que trata este Parágrafo, somado aos demais gastos com serviços de terceiros previstos no Anexo II, não exceda o limite de valor estabelecido no Parágrafo Quinto desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO

Caso o CLIENTE solicite a alteração do modelo de negócios definido para o Projeto e expressamente comunique a ADMINISTRADORA DO FDIRS, nos termos previstos no Anexo I, este deverá ressarcir o FDIRS pelos custos necessários à adequação dos estudos técnicos realizados, de acordo com o estabelecido no Anexo II, devendo ser previamente formalizada a autorização para a realização de tais gastos na forma do inciso I ou II do Parágrafo Nono desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

A ADMINISTRADORA DO FDIRS custeará xxxxx% do valor total do custo com a contratação de Instituições Estruturadoras do âmbito deste projeto, conforme montante previsto no Parágrafo Quinto desta Cláusula Quarta, sendo o percentual restante, de xxxx% custeado pelo Cliente, da seguinte forma:

- I – em até 30 (trinta) dias após a celebração do presente contrato, o Cliente depositará o valor de R\$ xxxxx em conta específica indicada pela ADMINISTRADORA DO FDIRS; e
- II - após a execução dos serviços, a ADMINISTRADORA DO FDIRS discriminará a totalidade dos gastos objeto de ressarcimento, ocasião em que restituirá ao cliente eventual sobra, proporcionalmente à participação do Cliente no custeio, em até 90 (noventa) dias após a realização do último pagamento relativo ao projeto.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Para fins de aplicação do Parágrafo Décimo Primeiro, havendo necessidade de alteração de escopo que implique modificação dos custos previstos, será celebrado aditivo contratual para que os custos correspondentes sejam incluídos no limite de valor estabelecido no caput desta Cláusula.

QUARTA PAGAMENTO

Em caso de sucesso do PROJETO, a obrigação de pagamento descrita no inciso I da Cláusula Terceira (Remuneração e Ressarcimento de Gastos com Terceiros), deverá:

- I - ser paga pelo vencedor do certame como condição prévia à celebração do contrato de concessão do PROJETO, incluindo-se no valor devido pelo licitante vencedor eventuais gastos com terceiros que venham a ser incorridos pelo FDIRS após a publicação do edital; e
- II - ser paga, a título de responsabilidade subsidiária, pelo CLIENTE no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da celebração do contrato de concessão, quando, por qualquer motivo, não for possível a aplicação do disposto no inciso I deste Parágrafo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Em caso de insucesso do Projeto, o ressarcimento dos recursos despendidos com as Instituições Estruturadoras contratadas para o respectivo projeto seguirá o disposto nos incisos II e III, se for o caso, da Cláusula Terceira, devendo o pagamento ser realizado pelo CLIENTE, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento de comunicação encaminhada pela ADMINISTRADORA DO FDIRS informando da caracterização do evento de insucesso, na forma da Cláusula Décima Terceira.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso o PROJETO seja fracionado em mais de um lote de PPP ou Concessão licitados em Editais distintos, a obrigação de pagamento descrita nas alíneas "a" e "b" do inciso I da Cláusula Terceira (Remuneração e Ressarcimento de Gastos com Terceiros), deverá ser cumprida integralmente por ocasião da contratação da primeira PPP. Em caso de licitação conjunta em um mesmo Edital, a obrigação de pagamento relativa a cada estruturação deverá ser cumprida com a assinatura do respectivo contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso a concessão compreendida no PROJETO ocorra, no todo ou em parte, no prazo de até 5 (cinco) anos após a liquidação das obrigações do CLIENTE, tendo como base o resultado das atividades realizadas pela ADMINISTRADORA DO FDIRS, deverão ser pagos:

- I – caso já tenha ocorrido a concessão de parte dos serviços constantes do PROJETO, o valor da remuneração variável previsto no inciso I, alínea “b”, do caput da Cláusula Terceira (Remuneração), relativo à nova concessão realizada;
- II – no caso de licitação no todo ou em parte de serviços constantes do PROJETO, sem que tenha ocorrido concessão anterior, a diferença entre os valores de remuneração descritos no inciso I (compreendendo o somatório do ressarcimento e variável de remuneração) e no inciso II, ambos do caput da Cláusula Terceira (Remuneração); e
- III – eventuais valores devidos a título de ressarcimento com gastos de terceiros ainda não integralmente ressarcidos.

PARÁGRAFO QUARTO

As condições e prazos a que se referem as hipóteses de insucesso descritas no inciso III do caput da Cláusula Terceira e no Parágrafo Primeiro da mesma Cláusula poderão ser revistos em comum acordo entre as Partes, mediante aditivo contratual, observado o prazo de vigência do Contrato.

PARÁGRAFO QUINTO

A hipótese de caracterização de insucesso por inviabilidade técnica, nos termos da alínea “d” do inciso II do Parágrafo Primeiro da Cláusula Terceira, motivada por fatores jurídico-regulatórios, poderá ser caracterizada, inclusive, em função de alteração, revogação, sustação, declaração de inconstitucionalidade, ou outro expediente que implique em perda de validade e/ou eficácia de lei, ato infralegal ou norma de regulação pertinente ao Projeto, identificado no curso da execução do presente Contrato.

PARÁGRAFO SEXTO

O CLIENTE poderá, ao seu critério, estipular, no edital de

licitação do PROJETO, que a comprovação do pagamento, ao ENTE CONTRATANTE, pelo licitante vencedor do processo licitatório, do valores previstos na Cláusula Terceira , parágrafo décimo primeiro, inciso I, também constitui condição para a celebração do contrato de concessão com o licitante vencedor.

QUINTA

PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA

A cobrança da dívida prevista neste Contrato será feita mediante documento de cobrança expedido pela ADMINISTRADORA DO FDIRS para o CLIENTE liquidar aquelas obrigações até as datas de seus vencimentos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O não recebimento do documento de cobrança não eximirá o CLIENTE da obrigação de realizar o pagamento de acordo com os prazos e condições estabelecidos neste Contrato, desde que a ADMINISTRADORA DO FDIRS disponibilize dados bancários para que se efetue o depósito dos valores.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os valores não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento mediante a incidência da Taxa Média Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), desde o dia seguinte à data de vencimento da obrigação.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O inadimplemento contratual nos termos da presente Cláusula poderá acarretar ao CLIENTE restrições cadastrais junto aos órgãos e/ou entidades de proteção ao crédito, além de rescisão contratual nos termos da Cláusula Nona (Rescisão).

SEXTA

VENCIMENTO EM DIAS FERIADOS

Todo vencimento da dívida que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, estaduais, distritais ou municipais, inclusive os bancários, será, para todos os fins e efeitos deste Contrato, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos

devidos calculados até a data em que for efetuado o pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para efeito do disposto no caput desta Cláusula, salvo disposição expressa em contrário, serão considerados os feriados do lugar onde estiver a sede do CLIENTE, cujo endereço estiver indicado neste Contrato.

SÉTIMA VIGÊNCIA

O presente Contrato vigorará pelo prazo de 24 meses a contar da data da sua formalização jurídica, admitida sua prorrogação, sem prejuízo do disposto no Parágrafo Sexto da Cláusula Quinta (Pagamento).

PARÁGRAFO ÚNICO

Após o cumprimento integral da obrigação de pagamento prevista no Parágrafo Primeiro ou no Parágrafo Terceiro da Cláusula Quinta (PAGAMENTO), conforme o caso, sem prejuízo das obrigações previstas no Parágrafo Sexto da Cláusula Quinta (PAGAMENTO) e dos deveres de confidencialidade previstos na Cláusula Décima Terceira, o Contrato será extinto de pleno direito por meio da emissão, pela ADMINISTRADORA DO FDIRS, de declaração de quitação em favor do CLIENTE.

OITAVA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Constituem motivo para rescisão deste Contrato:

- I - o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos por culpa comprovada da ADMINISTRADORA DO FDIRS;
- II - a paralisação ou atraso injustificado do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao CLIENTE, por culpa comprovada da ADMINISTRADORA DO FDIRS;

- III - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade do CLIENTE e exaradas em processo administrativo;
- IV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita do CLIENTE, por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelasdesmobilizações e mobilizações, previstas e imprevistas, assegurado à da ADMINISTRADORA DO FDIRS, nesses casos, o direito de optar pelasuspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- V - o atraso superior a 90 (noventa) dias corridos dos pagamentos devidos pelo CLIENTE decorrentes de serviço, já executado, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à da ADMINISTRADORA DO FDIRS o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizadaa situação; e
- VI - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A rescisão deste Contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito do CLIENTE, nos casos enumerados nos incisos I a III e VI do Parágrafo Primeiro desta Cláusula;
- II - determinada por ato unilateral e escrito da ADMINISTRADORA DO FDIRS, nos casos enumerados nos

incisos IV a VI do Parágrafo Primeiro desta Cláusula;

III - amigável, por acordo entre as Partes, reduzida a termo no processo da contratação; ou

IV - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Na hipótese de descumprimento de obrigação estabelecida neste Contrato, a Parte inadimplente deverá ser comunicada, por escrito e detalhadamente sobre a ocorrência, devendo as Partes acordar prazo para correção do inadimplemento, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias corridos.

PARÁGRAFO QUARTO

Exceto na hipótese de acordo entre as Partes, nos termos do inciso III do Parágrafo Segundo desta Cláusula, a rescisão deverá sempre ser precedida de contraditório e ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO

Em caso de extinção antecipada do Contrato, o CLIENTE pagará ao FDIRS, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados dos atos descritos no Parágrafo Segundo desta Cláusula, o valor previsto na Cláusula Quarta (Ressarcimento de Gastos com Terceiros) em relação à integralidade das despesas incorridas pelo FDIRS até a data de extinção do Contrato, acrescido Taxa Média Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), desde a data de desembolso dos valores pelo FDIRS.

NONA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato deverá ser publicado pelo CLIENTE, em seus sítios eletrônicos e órgãos de imprensa oficiais, respectivamente, observadas as disposições legais aplicáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO

A ADMINISTRADORA DO FDIRS poderá divulgar informações sobre o PROJETO, inclusive nos canais de mídia e

redes sociais, com o objetivo de transmitir informações, externalidades, investimentos projetados para o mercado e para a sociedade, devendo resguardar as informações confidenciais e sigilosas.

DÉCIMA

CONFLITO DE INTERESSES

Caso se verifique potencial conflito de interesses da ADMINISTRADORA DO FDIRS ou dos prestadores de serviços por ela contratadas durante a estruturação ou execução do presente Contrato, a ADMINISTRADORA DO FDIRS indicará ao CLIENTE as medidas a serem tomadas para o devido tratamento ao potencial conflito.

DÉCIMA PRIMEIRA

PROPRIEDADE INTELECTUAL

As partes acordam que a propriedade intelectual dos materiais produzidos no âmbito do presente Contrato será do CLIENTE e do FDIRS.

PARÁGRAFO ÚNICO

Serão assegurados a ambas as Partes os direitos patrimoniais autorais referentes a todos os materiais, dados e informações produzidos no âmbito do presente Contrato, no todo ou em parte, sem restrição de forma, finalidade e de tempo, podendo as Partes utilizá-los e modificá-los, independentemente de comunicação ou autorização da outra Parte ou de terceiros, sendo assegurado, em especial, seu uso:

- I. pelo FDIRS para fins alheios ao presente Contrato, desde que não implique revelação de informação protegida por sigilo, observado o disposto na Cláusula Décima Terceira (Sigilo e Segurança da Informação), ou de revelação de informações que possam em qualquer medida comprometer a implementação do PROJETO pelo CLIENTE em qualquer de suas etapas; e
- II. pelo CLIENTE para fins de implementação do PROJETO e para outras finalidades vinculadas ao alcance do interesse

público.

DÉCIMA SEGUNDA

SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A troca de documentos e informações entre as Partes sempre deverá respeitar o sigilo eventualmente envolvido, em especial o disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), no Decreto Federal nº 7.724, de 16 de maio de 2012 e no Decreto Estadual nº 49.111, de 16 de maio de 2012.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

São considerados documentos ou informações sigilosas, quaisquer informações, dados, conteúdos, especificações técnicas, desenhos, manuais, esboços, modelos, amostras, materiais promocionais, projetos, estudos, documentos, planos de produtos, custos, preços, nomes de clientes, informações financeiras não publicadas na mídia, planos de marketing, oportunidades de negócios, pesquisa, desenvolvimento, know-how e outros documentos de qualquer natureza, tangíveis ou intangíveis, disponibilizados em qualquer mídia ou meio físico, visual ou sonoro, inclusive eletrônico e digital, comunicados por escrito, verbalmente ou de outra forma revelados como confidenciais ou de confidencialidade restrita por uma das Partes ao outro em função da execução do objeto do presente Contrato ("Informações Sigilosas").

PARÁGRAFO SEGUNDO

As Partes comprometem-se a manter em sigilo as Informações Sigilosas e utilizá-las somente para os fins previstos neste Contrato, empregando os mesmos cuidados que utilizaria para a manutenção do sigilo de suas próprias informações, bem como adotar cuidados para que Informações Sigilosas não sejam obtidas por terceiros.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caberá à Parte interessada, no momento de sua revelação à outra Parte, classificar adequadamente a Informação Sigilosa de acordo com os critérios da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e do Decreto Estadual nº 49.111, de 16 de maio de 2012, indicando o sigilo eventualmente existente e a necessidade de tratamento restrito a ser conferido pelo receptor da Informação Sigilosa.

PARÁGRAFO QUARTO

Não serão consideradas Informações Confidenciais, as informações que:

- I. já forem de domínio público à época em que tiverem sido reveladas;
- II. passarem a ser de domínio público, sem que a divulgação seja efetuada em violação ao disposto neste Contrato;
- III. forem legalmente reveladas a quaisquer das Partes por terceiros sem indicação de sigilo;
- IV. devam ser reveladas pelas Partes em razão de ordem ou decisão emitida por órgão administrativo ou judicial, somente até a extensão de tal ordem;
- V. se submeterem ao dever de publicidade, na forma da legislação vigente;
- VI. não tenham sido classificadas como sigilosas pela Parte interessada no momento de sua revelação, observado o disposto no Parágrafo Terceiro desta Cláusula, ressalvadas as informações e dados protegidos por sigilo legal específico;
- VII. forem divulgadas após a publicação do edital de licitação do PROJETO, ressalvadas as informações classificadas como sigilosas pelo CLIENTE.

PARÁGRAFO QUINTO

O CLIENTE declara que tem ciência de que a ADMINISTRADORA DO FDIRS prestará ao Tribunal de Contas da União (TCU), ao Ministério Público Federal (MPF), à Controladoria-Geral da União (CGU), ao Banco Central, bem como aos entes e órgãos dotados de funções análogas e integrantes da estrutura de controle e fiscalização do CLIENTE, as informações que sejam requisitadas por esses, com a transferência do dever de sigilo.

PARÁGRAFO SEXTO

Caso uma Parte seja obrigada, por força de ordem judicial ou administrativa, a revelar Informações Sigilosas, deverá notificar imediatamente outra Parte sobre tal determinação e empregar seus melhores esforços para assegurar o tratamento sigiloso das Informações Sigilosas.

PARÁGRAFO SÉTIMO

A obrigação de sigilo prevista nesta Cláusula subsistirá após a extinção deste Contrato e pelo prazo de sigilo atribuído para a informação ou pelo prazo de 5 (cinco) anos contados do recebimento da informação, se outro prazo não tiver sido estipulado, abrangendo os funcionários e demais colaboradores das Partes envolvidos na execução do objeto deste Contrato, que deverão ser orientados quanto ao cumprimento das disposições desta Cláusula.

PARÁGRAFO OITAVO

A ADMINISTRADORA DO FDIRS poderá fornecer as Informações Sigilosas para consultores especializados, contratados para prestar serviços no âmbito do Apoio Técnico regulado pelo presente Contrato, desde que pertinentes aos serviços a serem prestados e mediante a assinatura de termo de sigilo pelos receptores das Informações Sigilosas, cumprindo informar ao CLIENTE a

extensão das informações prestadas.

PARÁGRAFO NONO

Com vistas a promover o melhor interesse do CLIENTE, a ADMINISTRADORA DO FDIRS fica desde já autorizada, por força do presente Contrato, a compartilhar Informações Sigilosas com unidades singulares ou colegiadas integrantes da sua estrutura interna, além de prestadores de serviços por ela contratados para o exercício da gestão e da consultoria do FDIRS encarregados da avaliação e aprovação de estudos técnicos relativos aos projetos de desestatização sob sua responsabilidade, cabendo-lhe zelar pela observância do sigilo.

DÉCIMA TERCEIRA COMUNICAÇÕES

Toda comunicação decorrente deste Contrato deverá ser feita por escrito e enviada por portador, carta ou mensagem de correio eletrônico (e-mail) aos seguintes endereços ou para qualquer outro que a ADMINISTRADORA DO FDIRS ou o CLIENTE venham a comunicar:

ADMINISTRADORA DO FDIRS

Vinci Infraestrutura ADMINISTRADORA De Recursos LTDA,
Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, 5º andar, Leblon, Rio
de Janeiro/RJ CEP 22431-002

Tel.: (21) 2159-6000

E-mail: gestaoinfra@vincipartners.

com At: José Guilherme Cruz Souza

CLIENTE (gestor do contrato)

xxxxxxx

Tel.: (xx) xxxxx

E-mail: xxxxx

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Qualquer comunicação nos termos deste Contrato será válida e considerada entregue na data de recebimento, conforme comprovada mediante protocolo assinado pela parte à qual seja entregue; em caso de transmissão por correio, mediante o aviso de recebimento; ou, em caso de transmissão por correio eletrônico (e-mail), na data de envio da correspondência, se remetido até o fechamento do expediente do destinatário e, se após esse horário, no dia útil subsequente.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os destinatários e/ou os dados indicados no caput poderão ser alterados pela Parte, independentemente de aditivo contratual, desde que tal alteração seja comunicada a outra na forma da presente Cláusula.

DÉCIMA QUARTA OUTRAS DISPOSIÇÕES

O não exercício imediato, pelo CLIENTE ou pela ADMINISTRADORA DO FDIRS, de qualquer direito ou faculdade assegurado neste Contrato, ou tolerância de atraso no cumprimento de obrigações, não importa em novação ou renúncia à aplicação desse direito ou faculdade, podendo ser exercido a qualquer tempo.

DÉCIMA QUINTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da previsão orçamentária do CLIENTE na seguinte classificação:

xxxxxxx

DÉCIMA SEXTA
DA
FISCALIZAÇÃO

O xxxxxx acompanhará e fiscalizará a execução do objeto deste Contrato e notificará a ADMINISTRADORA DO FDIRS sobre as ocorrências que exijam medidas corretivas, quando se fizer necessário, cabendo a esta a sua correção, na forma acordada.

PARÁGRAFO ÚNICO

As comissões de fiscalização do CONTRATO serão designadas oportunamente pelo xxxxxxxx, que deverá ser enviada à ADMINISTRADORA DO FDIRS em até 5 (cinco) dias contados da data de sua emissão.

DÉCIMA SÉTIMA
FORO

Fica eleito como Foro para dirimir litígios oriundos deste Contrato, que não puderem ser solucionados extrajudicialmente, o de Brasília/DF.

Nos termos da legislação vigente, as Partes expressamente reconhecem como válida e suficiente a comprovação de anuência e vinculação aos termos deste Contrato por formato eletrônico, incluindo a adoção de assinaturas eletrônicas pelas Partes e pelas 02 (duas) testemunhas abaixo indicadas.

As Partes consideram, para todos os efeitos, a data mencionada abaixo, como a da formalização jurídica deste instrumento.

São Paulo/SP, xxx de xxxx de 202x.

FDIRS
P.p. Vinci Infraestrutura Administradora de Recursos

CLIENTE
XXXXXXXXX

Testemunhas:

Nome: xxxxxx
CPF: xxxxxxxx

Nome: xxxxxxxx
CPF: xxxxxxxx